

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VIVIANE APARECIDA KNOEPKE

A ATUAÇÃO DAS REDES DE COOPERAÇÃO:
CMAEE (CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZADA) NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PONTA
GROSSA

CURITIBA

2019

VIVIANE APARECIDA KNOEPKE

A ATUAÇÃO DAS REDES DE COOPERAÇÃO:
CMAEE (CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZADA) NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PONTA
GROSSA

TCC apresentada ao curso de Pós-Graduação lato-senso em Gestão Pública Municipal, Setor de Administração Geral e Aplicada (DAGA), Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Luiz Morais da Silva

CURITIBA

2019

AGRADECIMENTOS

Tenho Gratidão ao Dai Gohonzon e a força do Nam-Myoho-Rengue-Kyo ao qual encontrei forças durante períodos de grande desafio. Agradeço ao Dr. Daisaku Ikeda ao qual trouxe o Budismo de Nitiren Daishonin ao Brasil e a BSGI (Brasil Soka Gakkai Internacional) ao qual me incentiva diariamente para que seja forte, determinada, benevolente e faz com que eu possa receber preciosas orientações.

Agradeço aos meus filhos Yasmin, Yan, Yohann, Yunna por serem meus maiores incentivadores pelo simples fato de existirem. Agradeço ao meu marido Jean que por muitas vezes no processo da construção deste projeto incentivou a jamais desistir e seguir em frente.

Agradeço ao meu pai Valter que por muitas vezes me auxiliou financeiramente para que eu tivesse condições para prosseguir com o Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, e por minha mãe Elaine por ter me dado a vida.

Agradeço aos meus maravilhosos amigos que nos momentos difíceis sempre estão ao meu lado Sarah, Eddy, Heloise, Edson, Marcia Espindola, Rosemeri, Vanessa e Juciliane.

Agradeço a minha amiga Andreliza por me ajudar com sua experiência e sempre incentivar a nunca desistir.

Agradeço as minhas colegas de trabalho do Cmei Dinailce que me apoiam diariamente.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Rodrigo Luiz Morais da Silva pelas correções e orientações sobre o meu tcc ao qual me auxiliou muito. Para as tutoras do curso de Especialização Sandra e Amanda.

Agradeço pela colaboração da coordenadora do Cmaee Professora Elizabeth Eusébio Alves por suas contribuições para a construção deste projeto.

RESUMO

O projeto de intervenção ao qual se apresenta teve como objetivo propor melhorias para o funcionamento das redes de cooperação na Rede Municipal de Ensino da cidade de Ponta Grossa-PR. Dessa análise é possível identificar as relações entre redes de cooperação e o CMAEE (Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado), ao qual presta serviços para crianças que apresentam dificuldades na aprendizagem e matriculados na rede municipal de ensino de Ponta Grossa. A justificativa do projeto descrito tem como ponto fundamental a relação das PPPs (Parcerias Público-Privada) e o setor CMAEE (Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado) pertencente SME/PG (Secretaria Municipal de Educação do Município de Ponta Grossa). O educacional especializado (AEE) é considerado atendimento um serviço fundamental para a efetivação dos resultados positivos relacionados as políticas de inclusão de crianças com necessidades específicas. A partir do objetivo geral supracitado, os seguintes objetivos específicos foram delineados: a) Investigar quais são os indivíduos (atores) que fazem parte desta instituição; b) Diagnosticar como ocorrem redes de cooperação com outras instituições e em que colaboram para a construção deste trabalho (atendimento especializado); c) Identificar qual o perfil das instituições que atuam como redes de cooperação; d) Apontar as dificuldades encontradas nas redes de cooperação; e) Realizar propostas através dos estudos finalizados de sugestão de superação dos obstáculos. Para o diagnóstico da situação problema, os dados coletados foi utilizado a observação, entrevista e análise de documentos. Plano de implantação defende a criação de estratégias que possibilitam uma comunicação efetiva entre universidades e escolas. Elaborar um plano de implantação, preparando o campo para que estas parcerias sejam concretizadas.

Palavras-chave: Redes de Cooperação. Gestão Pública Municipal. Atendimento Educacional Especializado.

ABSTRACT

The intervention project was presented as a measure for the operation of communication networks in the Municipal Teaching Network of the city of Ponta Grossa-PR. For the disclosure of the possible variable as between networks of cooperation and the CMAEE (Municipal Center of Specialized Educational Assistance), for providing reprimand services for children in the learning and matriculated in municipal network of education in Ponta Grossa. The purpose of the project's justification is the PPPs (Public-Private Partnerships) and the CMAEE sector (Municipal Secretary for Educational Assistance) of SME / PG (Municipal Education Department of the Municipality of Ponta Grossa). Specialized education (ESA) is considered as fundamental for the achievement of results of results as inclusion policies for children with specific needs. From the above general objective, the goal leaders were outlined: b) Diagnose their cooperation networks and educational institutions for labor; c) Identify the profile of the institutions that act as cooperation networks; d) To indicate the operations as in the networks of cooperation; e) Carry out the analysis of the finalized studies of suggestion of overcoming obstacles. For the diagnosis of the situation, the data were used for observation, interview and analysis of documents. Implementation plan advocates a creation of actions that facilitate communication between universities and schools. Elaborate a deployment plan, preparing the field for those being communicated.

Keywords: Cooperation Networks. Municipal Public Management. Specialized Educational Services.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ESTUDANTES MATRICULADOS NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA.....	22
---	----

LISTA DE SIGLAS

- AEE - Atendimento Especializado Educacional
- APADEVI - Associação de Pais e Amigos do Deficiente Visual
- APAE - Associação de Pais e Amigos do Excepcional
- APROAUT - Associação de Proteção ao Autista
- CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial
- CMAEE - Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado
- MEC - Ministério da Educação e Cultura
- PPPs - Parcerias Público-Privadas
- PPP/PG - Parcerias Público-Privadas para o Município de Ponta Grossa
- SME - Secretaria Municipal de Educação
- SME/PG - Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa
- SRM (Salas de Recursos Multifuncionais)
- UFPR - Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 APRESENTAÇÃO	09
1.2 OBJETIVO GERAL	10
1.3 OBJETIVOS ESPECIFICOS	10
1.4 JUSTIFICATIVA	11
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE GESTÃO PÚBLICA	12
2.2 REDES DE COOPERAÇÃO	13
3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	15
3.1 DESCRIÇÃO GERAL DE ORGANIZAÇÃO.....	16
3.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA	17
4. PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA	22
4.1 PLANO DE IMPLANTAÇÃO.....	24
4.2 RECURSOS	25
4.3 RESULTADOS ESPERADOS.....	26
4.4 RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO- CORRETIVAS	26
5. CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

No capítulo de introdução desse estudo foi dividido em quatro seções: Apresentação, Objetivo geral, Objetivos específicos e Justificativa.

1.1 APRESENTAÇÃO

Para que uma nação obtenha o sucesso em sua trajetória e desenvolvimento, faz-se necessária a valorização da educação e do conhecimento necessários para que o enriquecimento cultural e o desenvolvimento científico do país sejam satisfatórios. Este estudo vem propõe a realizar uma análise de como o atendimento especializado está sendo trabalhado na rede municipal de ensino do Município de Ponta Grossa e se esta embasado na gestão de redes de cooperação.

A temática de redes de cooperação surge como um meio para aumentar a eficiência na prestação de serviços relacionados à educação. No entanto, antes de iniciar a discussão relativa ao tópico na área de educação, é necessário compreender sua definição conceitual. De acordo com Malmegrin (2014) as redes de cooperação podem ser conceituadas como “teias flexíveis e abertas de relacionamentos mantidas pelo fluxo de compartilhamento de informações, ideias, experiências, ideais, objetivos, esforços, riquezas e necessidades, entre os entes que a compõem.”

Na área de educação, as redes de cooperação podem auxiliar no desenvolvimento de um determinado modelo mais eficiente de atuação frente às demandas da sociedade. Para que um trabalho seja bem-sucedido na educação, que apenas o trabalho do professor não é o suficiente para que ocorra o sucesso educacional. Quando o foco é a educação especializada, como o trabalho com crianças e adolescentes com necessidades especiais decorrentes de problemas neurológicos, físicos e/ou psicológicos, os quais interferem de forma negativa na aprendizagem dos educandos, novas formas de atuação são necessárias. Essas formas podem incluir o estabelecimento e a manutenção de redes de cooperação com outras instituições que auxiliem, de um modo ou de outro, no aumento da eficiência do ensino-aprendizagem.

O caso investigado nessa pesquisa faz parte da Secretaria Municipal de Educação do município de Ponta Grossa. Trata-se do CMAEE (Centro Municipal de Atendimento a Educação Especializada) inaugurado em 06 de agosto de 2015 que tem como princípio a orientação dos sistemas de ensino para que seja possível a inclusão de alunos com necessidades especiais. O objetivo final do CMAEE é buscar que a inclusão desses alunos seja objetiva e satisfatória.

1.2 OBJETIVO GERAL

Diante da discussão anterior, o presente estudo busca propor melhorias para o funcionamento das redes de cooperação na Rede Municipal de Ensino da cidade de Ponta Grossa.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A partir do objetivo geral supracitado, os seguintes objetivos específicos foram delineados:

- a) Investigar quais são os indivíduos (atores) que fazem parte desta instituição;
- b) Diagnosticar como ocorrem redes de cooperação com outras instituições e em que colaboram para a construção deste trabalho (atendimento especializado);
- c) Identificar qual o perfil das instituições que atuam como redes de cooperação;
- d) Apontar as dificuldades encontradas nas redes de cooperação;
- e) Realizar propostas através dos estudos finalizados de sugestão de superação dos obstáculos.

1.4 JUSTIFICATIVA

O projeto descrito tem como ponto fundamental a relação das PPPs (Parcerias Público-Privada) e o setor CMAEE (Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado) pertencente SME/PG (Secretaria Municipal de Educação do Município de Ponta Grossa).

O atendimento educacional especializado (AEE) é considerado um serviço fundamental para a efetivação dos resultados positivos relacionados as políticas de inclusão de crianças com necessidades específicas. Com este intuito é importante realizar trabalhos de análise, pesquisa, coleta de dados para encontrar os pontos positivos e as fragilidades relacionados com a Gestão de Redes de cooperação.

Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2017 divulgados pelo MEC em O Globo do dia 31/01/2018, as taxas de inclusão de pessoas com deficiência em classes regulares foi de 85,5% em 2013 para 90,9% em 2017. Entretanto apenas 40,1% conseguem acesso ao atendimento educacional especializado. No ensino médio, as matrículas dobraram de 48.589 para 94.274 em 2017, mas, 46,7% dos colégios de ensino médio apresentam estruturas adequadas voltadas para as políticas inclusivas e destes estabelecimentos apenas 62,2% possuem banheiros adequados para pessoas com deficiência. No ensino fundamental, o percentual de matrículas de alunos com deficiências em relação totalizada foi de 2,8%, índice maior do que o ensino médio, mas o ritmo de crescimento foi menor, em 2016 o número de crianças matriculadas era de 709.805, já em 2017 esse número passou para 768.360. Entre as instituições educacionais que atendem a inclusão apenas 29,8% tem dependências adequadas para esse público e 39,9% possuem banheiro específico ideal para que haja atendimento. As matrículas para a educação infantil por pessoas com deficiência aumento de 69.784 em 2016 para 79.749 em 2017, aumentando consequentemente as matrículas em classes regulares de 71,7% para 86,8% dos alunos. Mas a falta de estrutura também afeta a realidade. Apenas 26,1% das creches e 25,1% das pré-escolas tem estrutura adequada para acolher alunos com deficiência e apenas 32,1% tem banheiros adequados.

Faz-se necessário apontar esses dados preliminares no âmbito nacional, para que se possa relacionar com a realidade da educação inclusiva no município de Ponta Grossa, e também como a gestão de redes de cooperação possa estar contribuindo para a ampliação positiva desses dados.

2 REVISÃO BIBLIOGRAFICA

No capítulo ao qual é representa a Revisão Bibliográfica desse estudo foi dividido nas seguintes etapas: Considerações sobre Gestão pública e Redes de Cooperação.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE GESTÃO PÚBLICA

Em referência aos estudos concernente à gestão pública, é fundamental considerar conforme o contexto a Administração. Verifica-se que o senso comum relaciona a Administração Geral, Administração de empresas correlata com a esfera privada. Porém a Administração pode ter um significado amplamente relacionado em todos os contextos da atividade humana, englobando a Administração Pública.

Em conformidade com Milhomem Filho (2016) Gestão pública é estabelecida como o planejamento, a organização, a direção e o controle dos bens e interesses públicos, atuando em concordância com os princípios administrativos.

Segundo Schommer (2003) a gestão pública passa por um processo de mudança desde 1980, influenciado pelos ideais de redemocratização do país ao qual se ansiava por uma reforma do Estado tendo como eixo principal a descentralização ao qual o Estado crie relações com a sociedade permitindo que novos agentes atuem na formulação, implementação e controle de políticas públicas, determinando transformações na atuação política e organizacional da sociedade. Dessa forma, “exigindo dos governos, ao mesmo tempo, mais democracia e mais eficiência” (SCHOMMER, 2003, p. 105).

A Gestão Pública compreende características neoliberais e possui caráter democrático. Relacionado a esta visão, é estabelecido para o Estado a soberania popular e a propostas de melhorias relacionado aos serviços públicos alcançando objetivos e contribuindo para o enfrentamento dos desafios que o setor público tende a enfrentar.

Schommer (2003) afirma: “São elementos que apontam para a construção de redes institucionais que reúnem diversos atores, envolvendo articulações intersetoriais, intergovernamentais e entre Estado, mercado e sociedade civil.” De acordo com a autora pode-se verificar que é possível articular a função do Estado,

mercado e sociedade civil com as necessidades da população e que a mesma tem liberdade de participar com opiniões para a efetivação das melhorias nos setores públicos, oportunizando benefícios e eficiência dos serviços prestados à população partir de uma visão relacionada à necessidade da eficiência na gestão pública, Dagnino (2014, p. 50) defende que:

O conceito contemporâneo entende que administrar é dirigir uma organização (grupo de indivíduos com um objetivo comum, associados mediante uma entidade pública ou privada) utilizando técnicas de gestão para que alcance seus objetivos de forma eficiente, eficaz e com responsabilidade social e ambiental.

Tendo em vista a lógica de administração empresarial no âmbito dos serviços públicos Dagnino (2014) ressalta que a formação do gestor público é essencial a capacidade de traduzir, interpretar para um raciocínio empresarial

Por diferenciação, o concebemos como aquele profissional cuja especificidade consiste fundamentalmente na sua capacidade de traduzir, interpretar ou “decodificar” para uma “lógica” e “racionalidade” empresariais o conteúdo e a forma de implementação das políticas públicas. Sua atuação deve estar orientada para as políticas sociais e, também, para o conjunto de políticas que possuem um caráter mais propriamente empresarial na medida em que se referem a atividades desempenhadas pelo aparelho de Estado na interface com o âmbito privado. (Dagnino 2014 p.48).

No Brasil, considera-se Gestão Pública como atividades da esfera pública. De acordo com Dagnino (2014 p. 44) Gestão pública é associada no meio acadêmico como “Corpo de conhecimentos associado à elaboração de políticas orientadas ao atendimento de demandas sociais.”

2.2 REDES DE COOPERAÇÃO

Com a elaboração da Constituição Cidadã em 1988 pelo Congresso Nacional, foi instituído a participação e a descentralização cos pilares de sustentação da gestão pública. A sociedade civil juntamente com os municípios maior autonomia na participação política do país. De acordo com SILVA E COTO (2015) “Como forma de alavancar esse processo, novas estruturas sociais foram criadas, possibilitando assim que organizações da sociedade civil, vinculadas aos contextos municipais, se

tornassem atores centrais no campo da gestão pública.” As redes públicas de cooperação foram consolidadas no Brasil nos meados dos anos de 2000 ao qual Amorim e Arns (2007 citados por Silva e Coto; 2015) definem as redes de cooperação como a articulação de indivíduos em busca de objetivos comuns. Assim redes de cooperação podem ser considerados como diferentes atores representantes das esferas públicas e privadas promovendo programas e projetos, organizando para integrar diversos setores da sociedade com novos conhecimentos e tecnologias, possibilitando a participação da sociedade civil na gestão pública promovendo condições para a prestação de serviços de interesses da sociedade.

Inicialmente para que haja compreensão sobre o objeto de estudo sobre qual o projeto é descrito precisamos inteirar-se sobre o que é redes de cooperação. Conforme Malmegrin (2014 p.17) “Escolhemos essa nomenclatura porque entendemos que o objetivo dos atores e das organizações nas redes é a busca contínua de ampliação do número de parceiros, a fim de viabilizar interesses e projetos comuns.”. Considerando a contribuição da autora podemos assimilar que redes de cooperação é uma gestão que viabiliza a busca de diferentes indivíduos para o sucesso de determinado projeto. Para que transcorra de forma congruente o resultado em conformidade com o objetivo, é imprescindível a atuação dos indivíduos comprometidos com a determinada tarefa, conhecimento da área ao qual vai colaborar, reconhecer sua função incorporada em determinada atividade.

Segundo Malmegrin (2014 p.18) “Voltadas para a cooperação, você pode identificar um propósito unificador ou objetivo comum e as relações voluntárias que são estabelecidas entre os participantes da rede.” Vale ressaltar que o conceito propiciado é um anseio idealizado, mas que eventualmente pode ocorrer alguns obstáculos e conflitos no transcorrer em relação ao trabalho proposto. Ao mencionar Malmegrin (2014, p. 18):

Do mesmo modo, analisando o espaço da competição, podemos observar ocorrendo simultaneamente forças opostas relativas não somente à independência que cada participante quer manter, mas também à existência de vários líderes buscando espaços de poder cada vez maiores para legitimar suas posições na rede.

Compreende-se a notoriedade desta questão, principalmente no âmbito do trabalho. Os indivíduos envolvidos na atuação tem um objetivo comum (o êxito no resultado de seu trabalho), a independência na resolução de questões problemáticas,

podem surgir competição entre os profissionais envolvidos ao qual de acordo com Malmegrin (2014) verifica-se a dissemelhança entre os parceiros podendo ocasionar práticas de co-opetição que representa a cooperação e a competição entre as organizações, podendo ocasionar relações antagônicas devido a competências e objetivos próprios, podendo afetar a qualidade do atendimento ao público acarretando o distanciamento da atuação para a geração de resultados que podem beneficiar a todas as pessoas que necessitam do serviço público.

Vale ressaltar que o papel do Estado na visão da gestão de redes de cooperação é essencial. Conforme Bazan (2011) a função do Estado é atuar de forma planejada para que sua participação seja efetiva, em que possa agir de forma antecipada, analisando os futuras situações de construção e reconstrução de outras redes auxiliando na geração de forças produtivas e econômicas.

Para que isso se efetive na conjugação das redes interorganizacionais Estado e iniciativa privada devem participar concomitantemente das ações para atingir os objetivos, sendo que, mesmo em busca de objetivos mercadológicos, o caminho deve passar obrigatoriamente pela construção social e pela equidade. (Bazan, 2011, p. 7)

A articulação do estado juntamente com a redes de cooperação, poderá promover uma união de esforços com o objetivo da transformação da sociedade e da qualidade dos serviços prestado à população.

3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Este capítulo é composto por dois tópicos: Descrição geral da organização e Diagnóstico da Situação-Problema.

3.1 DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO

No dia 06 de agosto de 2015 foi inaugurado o CMAEE (Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado) localizado no Complexo Ambiental na antiga Usina do Conhecimento. Ao qual juntamente com a 5ª Companhia do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária inaugurado na mesma data receberam R\$270 mil em investimentos para a prestação de serviços. O objetivo da criação do CMAEE é atendimento específico do público-alvo da educação especial, bem como alunos com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Epilepsia ou Distúrbios de Aprendizagem; assim como, realizar o acompanhamento escolar desses alunos na Rede Municipal de Ensino. Atua na promoção de encaminhamentos na área da psicologia, neuropsicopedagogia e na área da assistência social. Além do acompanhamento realizado pelo CMAEE, o mesmo órgão atua como Núcleo de Estudos e Pesquisa de Neuropsicopedagogia, promovendo formação continuada para professores, coordenação dos projetos especiais da SME, realizando atendimento dos alunos e suas famílias sempre respeitando as características peculiares de cada uma.

Segundo entrevista cedida pela coordenadora do CMAEE Elizabeth Eusébio Alves no dia 22 de fevereiro de 2019, o centro de atendimento tem presente no quadro de funcionários os seguintes profissionais neuropsicopedagogas (sendo que uma das neuropsicopedagogas exerce a função de psicóloga), 1 assistente social. A Saúde Escolar (oferecido pelo SUS Sistema Único de Saúde) que destina os seguintes profissionais: 1 pediatra, 1 fonoaudióloga, 1 músico terapeuta e o CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial) com atendimento psiquiátrico e psicológico.

O CMAEE coordena os trabalhos das SRM (Salas de Recursos Multifuncionais) ao qual existe 42 salas presentes em diferentes estabelecimentos de ensino municipal de Ponta Grossa. Ainda a rede municipal de ensino conta com 800 professoras com as seguintes especialidades: Educação Especial e Neuropsicopedagogia.

3.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Para o diagnóstico da situação problema, os dados coletados foi utilizado a entrevista com a coordenadora do CMAEE Elizabeth Eusébio Alves no dia 22 de fevereiro de 2019, neste mesmo dia utilizei o método de observação e no decorrer da construção do projeto foi utilizado a análise de Leis, decretos e normativas.

Primeiramente foi possível verificar através das Leis Municipais de Ponta Grossa, como está sendo trabalhado a visão da gestão de Redes de Cooperação.

Redes de cooperação no município de Ponta Grossa

Em 24 de novembro de 2014 é aprovada a LEI N° 11.995, DE 24/11/2014 da criação do Programa Municipal PPP/PG (Parcerias Público-Privadas para o Município de Ponta Grossa).

Segundo a lei n° 11995 (2014)

Capítulo I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Fica criado o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas para o Município de Ponta Grossa - PPP/PG, destinado a promover, fomentar, coordenar, regular e fiscalizar a realização de parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, que será regido pelas normas desta lei e pelas normas gerais aplicáveis às contratações nesta modalidade, especialmente, as normas gerais para a contratação de parcerias público-privadas, Lei Federal n° 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

De acordo com o Capítulo 1 da lei n°11.995, DE 24/11/2014 podemos observar que PPP (Parcerias Público Privada) expressa semelhança com o conceito de Gestão de Redes de Cooperação.

Para Malmegrin (2014 p.95) as Parcerias Público Privado (PPPs) apresentam:

- Semelhança com outras parcerias as concessões e permissões.
- Tem uma legislação singular a Lei n°11.079/2004, porém, alguns artigos da Lei n° 8.987/95 são também observados.
- A diferença básica entre PPP e concessão é a remuneração do parceiro privado.

- Para as concessões, a fonte da remuneração são as tarifas cobradas e para as PPPs a remuneração pode ser exclusivamente do contratante ou mista.
- É categoria de concessão patrocinada pelo Estado.
- Podemos citar exemplos presentes nas construções, recuperações de estradas, metrô, presídios, estações de tratamentos de água e esgoto, hospitais, escolas, entre outros serviços de utilidade pública.

Observa-se estas características presentes na LEI Nº 11.995, DE 24/11/2014

Art. 2-As parcerias público-privadas obedecem ainda ao disposto na legislação em vigor e, em especial, as leis federais: nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Parágrafo Único - Não constitui Parceria Público - Privada a concessão comum, assim entendida como a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei Federal nº 8.987/1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

Segundo site do jornal Diário dos Campos do dia 23/08/2018

“As PPPs, já vistas como alternativa imprescindível para investimentos em infraestrutura, podem fomentar também o surgimento das cidades inteligentes no país, conforme destaca o advogado e especialista sobre o tema no país, Fernando Vernalha Guimarães”

Para o advogado Fernando Vergalha Guimarães, as PPPs (lembrando que é uma categoria das redes de cooperação), podem se tornar muito benéficas para o desenvolvimento das cidades, de forma tecnológica e social.

Ao citar novamente a reportagem do Diário dos Campos do dia 23/08/2018:

"o principal desafio das prefeituras está na elaboração técnica dos projetos, que demandam cuidados desde a sua elaboração e análise até a execução da proposta. “O que falta nos municípios é a capacidade técnica. O desenvolvimento desses projetos acho que é o grande desafio, afirma. Guimarães destaca ainda que um programa, em desenvolvimento no país, de apoio técnico "aos municípios para uso do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) pode impulsionar a modernização das cidades

Guimarães aponta o enfrentamento de obstáculos na elaboração de projetos, mas, que na atuação de projetos bem elaborados tecnicamente pode impulsionar desenvolvimento benéfico dos serviços prestados à população.

Art. 1- Fica instituído o Comitê/Conselho Gestor de Parceria Público-Privada - CGP, nos termos do Art. 9º da Lei Municipal nº 11.995, de 24/11/2014, vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Art.3- Compete ao CGP:

I - Definir os serviços prioritários para a execução no regime de parceria público-privada e os critérios para subsidiar a análise sobre a conveniência e oportunidade de contratação sob esse regime;

II - disciplinar os procedimentos para a celebração de contratos de parceria público-privada e aprovar suas alterações;

III - autorizar a abertura de procedimentos licitatórios e aprovar os instrumentos convocatórios e de contratos e suas alterações;

IV - apreciar e aprovar os relatórios de execução de contratos de parceria público-privada;

V - estabelecer os procedimentos para apresentação de projetos de parceria público-privada por parte da iniciativa privada;

VI - estabelecer os modelos de editais de licitação e de contratos de parceria público-privada, bem como os requisitos técnicos mínimos para sua aprovação;

VII - estabelecer os procedimentos básicos para acompanhamento e avaliação periódica dos contratos de parceria pública-privada;

VIII - elaborar seu regimento interno;

IX - expedir resoluções necessárias ao exercício de sua competência.

Parágrafo único. A autorização e a aprovação de que trata o inciso III deste artigo não supre a autorização específica do ordenador de despesas, nem a análise e aprovação da minuta de edital feita pelo órgão ou entidade que realizar a licitação de parceria público-privada.

Art. 1

Este decreto define a CGP (Comitê/Conselho Gestor de Parceria Público-Privada) para que sejam criados direcionamentos com intuito de organizar e fiscalizar o processo da realização dessas parcerias pública privada. Em conformidade com o decreto Nº 10.293, DE 30/06/2015 é fundamental a atenção com a elaboração das PPPs do poder executivo e poder legislativo.

Considerações sobre AEE (Atendimento Educacional Especializado) em Ponta Grossa.

A Secretaria Municipal de Ponta Grossa (SME-PG) desenvolve um trabalho educacional com o caráter de auxiliar através do atendimento especializado aos alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), alunos com Superdotação ou Múltiplas Habilidades, com TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade), Epilepsia ou Distúrbios de Aprendizagem através da SRM (Sala de Recursos Multifuncionais) ofertada pelo AEE (Atendimento Educacional Especializado)

Segundo a Instrução nº004/2014- CEFE/SME, para que seja oportunizado o ingresso do aluno ao atendimento especializado é necessário:

- Estar matriculado regularmente no Ensino Fundamental- Anos Iniciais (1º ao 5º ano), Educação Infantil, Educação Jovens Adultos;

- Apresenta laudo clínico e/ou avaliação multiprofissional que comprove a situação de Deficiência, TGD ou Altas Habilidades/Superdotação, TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade), Epilepsia ou Distúrbios de Aprendizagem.

Para ingressar na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM):

- A professora especializada realiza uma avaliação pedagógica dos alunos atendido. Realizando uma Sondagem Diagnóstica registrada em uma ficha própria;
- Deverá focar aspectos pedagógicos relativos à aquisição da língua oral e escrita, interpretação, produção de textos, cálculos, sistema de numeração, medidas, entre outros e das áreas do desenvolvimento considerando as habilidades adaptativas, práticas sociais e conceituais.

Os educadores articulados com AEE precisam ter atribuições específicas. De acordo com a LEI Nº 13.135, de 30/04/2018:

Seção VI - Da Educação Especial

§ 2º Caberá a Secretaria Municipal de Educação a normatização para o Atendimento

Educacional Especializado - AEE aos alunos da Rede Municipal de Ensino levando em consideração:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns

III - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

IV - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

§ 3º Os órgãos normativos do Sistema Municipal de Ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

O plano do AEE é elaborado pela professora especialista que atua na SRM, a partir da identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos e da definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas, através da Instrução Normativa 04/2014.

A Instrução Normativa 04/2014. Da mesma forma, estabelece os critérios para a oferta de tutor/a, para alunos que necessitam deste serviço, conforme estabelece a Instrução Normativa 08/2013. A inclusão escolar das crianças que constituem o público alvo da Educação Especial, compreendida como processo planejado, é compromisso de toda comunidade educacional, compartilhando responsabilidades e buscando estratégias pedagógicas para a efetivação da plena participação destes estudantes no contexto escolar e social.

As redes de cooperação no CMAEE

Através dos dados coletados na entrevista com a coordenadora do CMAEE Elizabeth Eusébio Alves, primeiramente observa-se que as redes de parcerias com iniciativa privada não ocorre, as instituições que articulam parcerias com o CMAEE são por associações que envolve-se com o desenvolvimento educacional especial. As instituições citadas pela coordenadora:

- APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcional) – Devido a rejeição, preconceito, discriminação e a ineficiência do Estado em promover políticas públicas voltadas para a garantia da inclusão para essas pessoas, surgem famílias empenhadas a buscar alternativas para que seus filhos com deficiência intelectual e múltipla consigam condições efetivas para que ocorra a inclusão. Por este motivo foi criada as APAES, associações de pais e amigos que buscam uma inclusão de qualidade e profissionais especializados que através de estudos e pesquisas.
- APADEVI (Associação de Pais e Amigos do Deficiente Visual) é uma Organização Não Governamental, sem fins lucrativos. Atualmente atende 191 pessoas com deficiência visual total e/ou com baixa visão, sem limite de idade, em diversos programas
- APROAUT (Associação de Proteção ao Autista) – Formada em 2010 por pais e profissionais especializados que tem como meta: Divulgar o conhecimento sobre o autismo, incentivando através de campanhas e atividades: De acordo com o Instituto Pensi:
 - Motivar e orientar as famílias na sua busca por diagnóstico, tratamento, educação e inclusão social da pessoa com autismo;

- Eliminar preconceitos, despertar interesse e boa vontade da sociedade brasileira;

-Apoiar a formação e preparação de profissionais e instituições para trabalhar pela pessoa com autismo.

- CAPS (Centro de Atenção Psicossocial): Um serviço de saúde disponibilizado pelo SUS (Sistema Único de Saúde) para tratar exclusivamente pacientes que sofrem de transtornos mentais e patologias psiquiátricas.
- Saúde Escolar: Desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde, o programa é responsável pelo atendimento, diagnóstico e tratamento de problemas de visão, audição e da fala em crianças da Rede Municipal de Ensino. A intenção do programa é detectar precocemente qualquer problema para melhorar o desenvolvimento e o rendimento escolar dos alunos.

4 PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

De acordo com o censo escolar de 2018 representado no quadro 1 1.572.125 alunos estão matriculados na Educação Especial ao todo no Brasil, desses números 123.522 são matriculados no estado do Paraná e 2.506 estudantes estão matriculados no município de Ponta Grossa

QUADRO 1 - Estudantes matriculados no município de Ponta Grossa

Matrículas em creches	4.275 estudantes	PR: 203.881Brasil: 3.406.796
Matrículas em pré-escolas	9.326 estudantes	PR: 262.676Brasil: 5.101.935
Matrículas anos iniciais	25.987 estudantes	PR: 791.951Brasil: 15.328.540
Matrículas anos finais	24.837 estudantes	PR: 648.423Brasil: 12.019.540
Matrículas ensino médio	12.714 estudantes	PR: 439.815Brasil: 7.930.384
Matrículas EJA	5.842 estudantes	PR: 172.775Brasil: 3.598.716
Matrículas educação especial	2.506 estudantes	PR: 123.522Brasil: 1.572.125

FONTE: Censo Escolar/INEP 2017 | Total de Escolas de Educação Básica: 257 | QEdU.org.br

Pode- se dizer que o processo inclusivo de crianças em classes regulares de ensino é uma conquista relativa, e que muitos desafios e objetivos precisam ser alcançados e efetivados. A questão da inclusão de crianças com necessidades especiais está presente no cotidiano educacional. Porém de acordo com Joslin (2015, p.11245)

(..)mesmo com a garantia do direito à educação, a exclusão está presente na escola atual por meio das próprias políticas e práticas educacionais, como, por exemplo, na organização curricular, na escolha dos conhecimentos a serem ensinados e na concepção tradicional de educação arraigada nos professores e gestores.

Para ultrapassar os desafios das políticas da inclusão se faz necessário, criar condições de permanência e oportunizar uma aprendizagem adequada, igualitária e qualitativa. Segundo Mantoan (2006 apud JOSLIN, 2015, p.11246) “o discurso da inclusão se legitima como direito à educação na medida em que a escola, para muitos alunos, é o único espaço de aprendizagem e acesso ao conhecimento” porem, é importante salientar que as SRM (Salas de Recursos Multifuncionais) vem colaborando para que os índices de matrículas e permanência de alunos em classes regulares seja cada vez mais satisfatória contribuindo para a efetivação das políticas

inclusivas. Oferecendo ao aluno especial equidade e qualidade de Ensino. O trabalho desenvolvido pelo CMAEE deve ser ampliado para outras redes municipais como parcerias que auxiliem cada vez mais o progresso da Inclusão, proporcionando uma educação de qualidade e igualitária.

4.1 PROPOSTA TÉCNICA

Para que o trabalho desenvolvido na gestão de redes de cooperação se torne bem sucedido é essencial que haja uma parceria com objetivo comum por parte de todos os atores envolvidos.

Segundo o professor doutor Leonardo Mendes, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) no site Intervozes (2019) a relação da universidades e os municípios pode promover grandes contribuições, porque a universidade dispõem recursos humanos e profissionais que abrangem conhecimentos sobre as regras do mercado. Buscar parcerias com universidades, ocorre articulação da teoria e prática(práxis). Criar vínculos de parcerias com as universidades ofertará mais cursos de aperfeiçoamento. E a junção da teoria com a pratica pode avançar o estudo científico, possibilitando experiências produtivas por todas as partes envolvidas. O conhecimento teórico e científico construído nas universidades contempla o enriquecimento de uma prática embasada em teorias benéficas que auxilia nas experiências empíricas do setor educacional de um município, por outro lado as experiências vivenciadas na educação por parte dos professores pode enriquecer teorias científicas.

Com as parcerias empregada pela Secretaria Municipal de Ponta Grossa com as universidades e faculdades pode possibilitar uma elevação na qualidade dos conhecimentos sobre os estudos sobre a Educação Especial podendo trazer benefícios de curto, médio e longo prazo. As parcerias com as universidades pode criar um vasto conhecimento não apenas na área da Educação, mas uma conscientização ampla de outros cursos como nas áreas da saúde e das ciências sociais entre outras.

Muitos educandos e seus familiares não possuem condições financeiras para realizar um tratamento específico como o psicológico e terapêutico. Ocorrendo estas parcerias muitos estudantes das universidades estarão colaborando com a ampliação

destes tratamentos e também construindo um conhecimento benéfico para que uma grande totalidade de alunos tenham acesso de forma saudável uma educação inclusiva. Para o professor da Unicamp Leonardo Mendes, as universidades se beneficiam ao se relacionar com as administrações públicas. “Nossa experiência em construir soluções para os municípios tem sido enriquecedora não somente para eles, mas também para a academia. Através dessa relação, temos desenvolvido tecnologias avançadas e construído paradigmas que são vistos como inovadores no Brasil e em outros países. Colaboramos com os municípios, que também nos ajudam com ideias e conceitos novos de grande interesse para a academia brasileira e mundial”. Ao analisar o contexto ao qual está empregado este projeto a solução idealizada é a formação de parcerias com universidades.

4.1.1 Plano de Implantação

Para que transcorra estas parcerias com as universidades é necessário criar estratégias que possibilitam uma comunicação efetiva entre universidades e escolas. Elaborar um plano de implantação, preparando o campo para que estas parcerias sejam concretizadas:

- Criar vínculos com as universidades através de diálogos e encontros, promovendo debates para que ocorra uma articulação positiva
- Realizar um planejamento específico, articulando atores com um objetivo comum o sucesso das Políticas de Inclusão;
- Realizar uma execução empenhada ao incentivo da conscientização sobre a Educação Especial, através de palestras, debates e formação continuada para professores interessados pelas políticas de inclusão;
- Realizar Semanas pedagógicas relacionado com a educação especial, ao qual educadores e teóricos da educação possam encontrar alternativas que desenvolvam positivamente a Educação especial;
- Utilizar os resultados da construção deste trabalho, para uma ampla divulgação oportunizando para a sociedade o conhecimento sobre a Educação Especial e de como ela pode auxiliar o diagnóstico de crianças, acesso a tratamentos e aprendizagem educacional especializada.

4.1.2 Recursos

As estimativas dos recursos necessários para a implantação desta proposta técnica:

- Recursos Humanos: Especialistas em educação especial e neuropsicopedagogia, associações de pais, Professores mestres e doutores que tenham como objeto de estudo as políticas de inclusão, gestores e professores da rede municipal, profissionais do CMAEE (Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado), estudantes universitários das áreas de humanas, saúde, ciências sociais entre outras.
- Instalações: Escolas Municipais, Escolas Estaduais, Universidades e a Estrutura do CMAEE, Escolas Especializadas.

4.1.3 Resultados esperados

- Facilitar o diagnóstico das causas de crianças com dificuldades de aprendizagem;
- Ampliar a divulgação e conscientização por parte da sociedade sobre a educação especial;
- Formação de profissionais para trabalhar com a Educação Especial;
- Promover a articulação dos conhecimentos científicos da Universidade com a realidade empírica das Escolas Municipais e Estaduais.

4.1.4 Riscos ou Problemas Esperados e Medidas Preventivo-Corretivas

No momento em que ações de implantação iniciar seu processo, pode surgir riscos e problemas esperados. Mas primeiramente como medida preventivo-corretiva, é procurar prever os futuros desafios. Em relação as redes de parcerias entre universidades e a secretaria de educação em relação ao atendimento especializado e suas melhorias, pode-se citar alguns fatores que possam representar risco:

- Falta de engajamento e apoio em relação as ações por parte dos educadores;
- Falta de divulgação para conscientizar sobre as políticas de inclusão;
- Dificuldades em articular parcerias entre Universidades e a Secretaria de Educação.

Porem para encontrar medidas que possam prevenir estes riscos é necessário:

- Elaborar um projeto com a participação das universidades, pais, educadores e instituições que tem como objetivo o sucesso da educação inclusiva;
- Difundir estudos sobre assuntos relacionados a educação inclusiva nas escolas e universidades através de palestras, debates, seminários presentes em congressos e simpósios relacionados a educação.

Para que um projeto na gestão de redes de cooperação tenha resultados positivos é necessário o engajamento de todos

5 CONCLUSÃO

A contribuição que o trabalho desenvolvido pelo CMAEE é de grande importância para as políticas de inclusão no município de Ponta Grossa. Ao pensar na Inclusão, logo podemos pensar em igualdade para todos independente das características e dificuldades que os indivíduos podem ter. A relação das redes de cooperação com este centro municipal de atendimento educacional especializado pode possibilitar grandes avanços não somente para o governo municipal mas também para os indivíduos com dificuldades de aprendizado e seus respectivos familiares que em sua história vem alcançando de certa forma avanços e emancipação através da criação de escolas especializadas para que seus filhos possam realmente alcançarem equidade social.

Ainda é presente a discriminação, desconhecimento e falta de sensibilidade por parte da sociedade ao qual vivemos em relação a questão da deficiência (mental, visual, auditiva e física) e das síndromes ao qual ainda é desconhecida por parte de um grande número de pessoas que convivem com as mesmas. Muitas pessoas por não terem acesso ao conhecimento científico e ao diagnóstico inicial, passam pelo sofrimento de não conseguir ultrapassar as dificuldades da aprendizagem escolar.

As soluções sugeridas para a ampliação deste trabalho ao qual no meu ponto de vista, não apresentou fragilidades relacionada as redes de cooperação, é parcerias com universidades. O serviço ofertado pelo CMAEE é de grande valia e importância. Muitas crianças e adultos estão conseguindo ultrapassar barreiras educacionais, o preconceito e alcançando o desenvolvimento escolar. Mas para que os objetivos da inclusão sejam alcançados, deve ocorrer o conhecimento empírico e o conhecimento científico atrelados em uma cadeia benéfica tanto para os indivíduos que almejam um desenvolvimento na aprendizagem, como para as universidades e estudiosos que buscam cada vez mais o desenvolvimento científico. A formação das parcerias do CMAEE com as universidades pode criar contribuições para a Educação e para os atores que fazem parte deste setor como professores, gestores educacionais, familiares e para os educandos ao qual precisa de um serviço que possibilite o diagnóstico, tratamento e aprendizagem específica para que transcorra de forma sublime a igualdade entre toda a sociedade. O conhecimento construído em faculdades e universidades pode trazer grandes benefícios a este Centro Municipal

de Atendimento Educacional Especializado (CMAEE) como soluções para questões da inclusão educacional e a conquista de um mundo mais igualitário.

REFERÊNCIAS

BAZAN, L. B. A dinâmica de cooperação nas redes Inter organizacionais e sua relação com o Estado na construção social e emergente. **Simpósio nacional de tecnologia e sociedade**, v. 4, 2011. Disponível em: < <http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cd-anais/arquivos/pdfs/artigos/gt024-adinamica.pdf>.> Acesso em: 30/01/2019

DAGNINO, P. **Planejamento estratégico governamental**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.
DA SILVA, S. S; COTO, G. C. Redes públicas de cooperação e o desenvolvimento Local: a experiência do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) no Alto Vale do Itajaí. **Revista de Ciências da Administração**, v. 1, n. 3, p. 165-182, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/42216>.> Acesso em 30/01/2019

DIÁRIO DOS CAMPOS. **Congresso aborda Parcerias Público-Privadas para fomentar cidades digitais**. Disponível em: <<https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/congresso-aborda-parcerias-publico-privadas-para-fomentar-cidades-digitais>.> Acesso:26/01/1019

INTERVOZES. **Parcerias entre universidades e municípios traz propostas inovadoras**. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=22179>> Acesso em: 26/02/2019

INSTITUTO PENSI. **Quem somos Autismo e Realidade**. Disponível em: <<https://autismo.institutopensi.org.br/conheca/quem-somos>>Acesso:28/02/2019.

JOSLIN, M.A.J. SILVA, M.C.V. **A frágil inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da prática**. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20889_11383.pdf> Acesso em: 16/02/2019

MALMEGRIN, Maria Leonídia. **Redes públicas de cooperação em ambientes federativos**. Departamento de Ciências da Administração / UFSC 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

MILHOMEM FILHO, L. **Gestão pública contemporânea: o modelo de gestão da universidade de Brasília**, 2016. 86f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

O GLOBO. **Aumenta inclusão de alunos com deficiência, mas escolas não têm estrutura para recebê-los**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/aumenta-inclusao-de-alunos-com-deficiencia-mas-escolas-nao-tem-estrutura-para-recebe-los-22348736>> Acesso: 16/02/2019

PONTA GROSSA. **Apadevi Ponta Grossa.** Disponível em: <https://apadevipontagrossa.wordpress.com/sobre/> > Acesso em: 24/02/2019.

PONTA GROSSA. **Decreto nº 10.293 de 30/06/2015.** Institui o comitê/conselho gestor de parceria público privada-CGP, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/pontagrossa/decreto/2015/1029/10293/decreto-n-10293-2015-institui-ocomiteconselhogestordeparceriapublicoprivada-cgp-e-da-outras-providencias>> Acesso: 24/01/2019.

PONTA GROSSA. **Lei nº11.995, de 24/11/2014.** Dispõe sobre o programa municipal de parcerias público-privadas do município de Ponta Grossa e dá outras disposições. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/pontagrossa/leiordinaria/2014/1199/11995/lei-ordinaria-n-11995-2014-dispoe-sobre-o-programamunicipaldeparcerias-publico-privadas-do-municipio-de-ponta-grossa-e-da-outrasdisposicoes>> Acesso: 24/01/2019

PONTA GROSSA. **Movimento APEANO: a maior rede de atenção com deficiência.** Disponível em: < <http://pontagrossa.apaepr.org.br/page/2>> Acesso em 24/02/2019

PONTA GROSSA. **Lei nº 13.135, de 30/04/2018.** Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino, e dá outras providências. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2018/1313/13135/lei-ordinaria-n-13135-2018-dispoe-sobre-a-criacao-do-sistema-municipal-de-ensino-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 23/02/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. Prefeitura inaugura novos espaços no Complexo Ambiental. Disponível em: < <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/27561>> Acesso: 23/01/2019

SME. **CMAEE** . Disponível em:< <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/27561>.> Acesso: 23/01/2019

QEDU. **Matriculas e Infraestrutura.** Disponível em: <https://www.qedu.org.br/cidade/4090pontagrossa/censoescolar?year=2017&depende=0&localization=0&education_stage=0&itm=>> Acesso em: 24/02/2019

SCHOMMER, P. C. **Gestão pública no Brasil:** notícias do teatro de operações. Disponível em: <https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_s003475902003000400008pdf> Acesso em 31/01/201

ZAPATA, T.; AMORIM, M.; ARNS, P. C. **Desenvolvimento territorial à distância.** Florianópolis: SEaD/UFSC. 2007.